

ADMINISTRAÇÃO INTERNACIONAL

Assembléia Geral das Nações Unidas

ISIDORO ZANOTTI.

O escritor brasileiro, Dr. Isidoro Zanoti, supervisor desta seção, encontra-se em Nova Iorque, fazendo estudos e observações na sede das Nações Unidas.

Em face das atividades e estudos que vem desenvolvendo desde 1946, a favor da divulgação e melhor compreensão das atribuições e responsabilidades das modernas organizações internacionais, o Dr. Isidoro Zanoti foi concedido pela ONU a passar algum tempo na sede da mesma, a fim de conhecer in loco o sistema de funcionamento dessa organização mundial.

De lá, acaba de enviar-nos o trabalho que esta revista tem a satisfação de publicar neste número e em que estão estudadas as funções e realizações da Assembléia Geral das Nações Unidas, com ilustrações fotográficas da última reunião que se realizou em Paris, no Palais de Chaillot (N. R.).

INTRODUÇÃO

A Assembléia Geral das Nações Unidas é o órgão internacional que possui a maior soma de poderes e responsabilidades. É um verdadeiro "Parlamento do Mundo", onde são discutidos, estudados e decididos os mais graves problemas de nosso planeta. Constituída de 58 nações, é a Assembléia o centro de convergência das esperanças da espécie humana num mundo pacífico e ordenado, para que possa desenvolver as suas atividades construtivas e caminhar para novos destinos e novas formas de convivência.

Costumes e línguas diferentes, sistemas e estilos de vida os mais variados, tôdas as nuances e coloridos aparecem nessas reuniões do principal órgão mundial.

É quase impossível evitar que, entre os diferentes Estados, surjam certas questões. Para o debate e solução das divergências entre as nações, um órgão como a Assembléia Geral oferece vantagens indiscutíveis, respeitadas, naturalmente, as atribuições do Conselho de Segurança. Os nacionalismos exacerbados, os jacobinismos encontram certo equilíbrio e correção no âmbito dos órgãos mundiais.

O sistema democrático existente na estrutura e funcionamento da Assembléia Geral da ONU, permite que cada país apresente suas queixas, sugestões, projetos — quer para a solução de contro-

vérsias, estabelecimento de novas normas internacionais, criação de novos organismos ou para outras providências. Na Assembléia, os Estados grandes e pequenos se igualam.

E' de esperar-se que a Assembléia, como ponto de convergência das mais importantes questões mundiais, seja o órgão solucionador das mesmas, o estimulador e orientador de atividades destinadas a estabelecer a compreensão, a paz, a cooperação e a segurança mundiais.

FUNÇÕES DA ASSEMBLÉIA

A Assembléia Geral da ONU pode discutir quaisquer questões ou assuntos que estiverem dentro das finalidades da Carta das Nações Unidas ou que se relacionarem com as atribuições e funções dos órgãos nela previstos, e fazer recomendações com referência a essas matérias. Entretanto, quando o Conselho de Segurança estiver exercendo, em relação a qualquer controvérsia, as funções que lhe são atribuídas pela Carta, a Assembléia não fará recomendação a respeito dessa controvérsia ou situação, a menos que o Conselho a solicite.

Pode considerar os princípios gerais de cooperação na manutenção da paz e da segurança internacionais, inclusive os princípios que disponham sobre o desarmamento e a regulamentação dos armamentos, e fazer recomendações relativas a tais princípios aos membros ou ao Conselho de Segurança. Tem a faculdade de discutir quaisquer questões referentes à manutenção da paz e da segurança internacionais, que a ela forem submetidas por membro da ONU ou pelo Conselho de Segurança ou por um Estado que não seja membro das Nações Unidas, e formular recomendações concernentes a quaisquer desses assuntos ao Estado ou ao Conselho de Segurança ou a ambos. Essas questões serão submetidas àquele Conselho antes ou depois da discussão, se para a solução das mesmas for necessária uma ação.

Por outro lado, a Assembléia procede a estudos e faz recomendações destinados a:

a) promover a cooperação internacional no terreno político e incentivar o desenvolvimento progressivo do direito internacional e sua codificação;

b) promover a cooperação internacional nos terrenos econômico, social, cultural, educacional, sanitário e favorecer o pleno gozo dos direitos



O Sr. Herbert Evatt, Presidente da Assembléia Geral, tendo à direita o Sr. Herman Santa Cruz, Presidente da Delegação Chilena junto à ONU, autor do projeto da criação da Comissão Económica para a América Latina, que já se reuniu em Santiago do Chile, sede desse novo órgão das Nações Unidas.

humanos e das liberdades fundamentais, por parte de todos os povos, sem distinção de raça, sexo, língua ou religião.

E' da atribuição da Assembléia receber e examinar os relatórios do Conselho de Segurança, do Conselho Económico e Social, do Conselho de Tutela, da Corte Internacional de Justiça e do Secretariado; considerar e aprovar o orçamento da Organização; considerar e aprovar quaisquer ajustes financeiros e orçamentários com as agências especializadas e examinar os orçamentos administrativos de tais instituições, com o fim de lhes fazer recomendações. As despesas da ONU são custeadas pelos membros, segundo cotas fixadas pela Assembléia. Há, ainda, em destacar, entre as atribuições da Assembléia, a que se refere ao sistema internacional de tutela.

VOTAÇÃO

Cada membro da Assembléia tem direito a um voto. As decisões, em questões importantes, são tomadas por maioria de dois terços dos membros presentes e votantes. São questões importantes, de acordo com a Carta: recomendações relativas à manutenção da paz e da segurança internacionais, à eleição dos membros do Conselho de Segurança, do Conselho Económico e Social, do Conselho de Tutela, admissão de novos membros da ONU, suspensão dos direitos e privilégios dos membros, expulsão dos membros, questões refe-

rentes ao funcionamento do sistema de tutela e assuntos orçamentários. As decisões sobre outras questões, são tomadas por maioria dos membros presentes e votantes.

REUNIÕES

Reune-se a Assembléia em sessões anuais regulares e em sessões especiais, quando estas forem exigidas pelas circunstâncias. Esse órgão elege um presidente, sete vice-presidentes, os presidentes dos comités principais, adota suas regras de processo e pode estabelecer os organismos subsidiários que forem necessários ao desempenho de suas funções.

PRIMEIRA SESSÃO

A primeira sessão da Assembléia foi realizada no ano de 1946 — em duas partes. A primeira parte, foi em Londres, de 10 de janeiro a 14 de fevereiro de 1946. Foi eleito presidente o Senhor Paul Henri Spaak, que era primeiro ministro da Bélgica. A nomeação do Secretário Geral da ONU se efetuou em 1 de fevereiro de 1946; nomeado o Senhor Trygve Lie, norueguês, ministro do exterior da Noruega, na época, o qual tomou posse no dia 2 do mesmo mês e ainda exerce o cargo.

Durante a primeira parte da primeira sessão, a Assembléia adotou várias providências de imediato

interesse da ONU. Procedeu à eleição dos membros não permanentes do Conselho de Segurança, dos membros do Conselho Econômico e Social, dos Juízes da Corte Internacional de Justiça; estabeleceu medidas sobre a organização do Secretariado, questões de processo, línguas, organização do Conselho Econômico e Social; estudou assuntos relativos à UNRRA, à reconstrução das áreas devastadas pela guerra, à organização de uma Conferência Internacional de Imprensa, questões financeiras e orçamentárias, matérias legais, privilégios e imunidades das Nações Unidas, transferência de bens e funções da Liga das Nações, sede da ONU etc.

A segunda parte da primeira sessão foi realizada em Nova Iorque, de 23 de outubro a 15 de dezembro de 1946. Foram adotadas providências diversas — eleição de membros não permanentes do Conselho de Segurança, de membros do Conselho Econômico e Social, do Conselho de Tutela, admissão de novos membros, questão da Espanha, tratamento dispensado aos índios da União Sul Africana, ajustes com as agências especializadas, Constituição da Organização Internacional de Refugiados, Reconstrução econômica das áreas devastadas pela guerra, convocação de uma Conferência Internacional de Imprensa; estudo de várias questões econômicas e sociais, matérias administrativas, registro e aplicação de tratados.

Primeira sessão extraordinária

Foi a Assembléia convocada para uma sessão extraordinária, que se efetuou de 28 de abril a 15 de maio de 1947, com o fim de estudar o caso da Palestina. Nessa ocasião, foi criado um Comitê Especial para proceder aos necessários estudos do assunto e apresentar relatório à sessão ordinária da Assembléia, em setembro de 1947. Foi presidente da sessão o Embaixador Osvaldo Aranha.

SEGUNDA SESSÃO

A segunda sessão regular da Assembléia se realizou de 16 de setembro a 29 de novembro de 1947, na cidade de Nova Iorque. O Embaixador Osvaldo Aranha foi eleito presidente.

Atividades mais importantes: Criação do Comitê Interino ou "Pequena Assembléia". Estudo do "veto", ficando assentado que a "Pequena Assembléia" cooperasse com qualquer Comitê que o Conselho de Segurança designasse para estudar o assunto, e foi solicitado aos "Cinco Grandes" que se consultem a fim de combinarem medidas no sentido de permitir ao Conselho o desempenho das respectivas funções, com presteza e eficácia. Criação do Comitê Temporário da Coréia — para executar recomendação da Assembléia em favor da restauração de independência e de governo próprio da Coréia; são membros do Comitê: Austrália, Canadá, China, Salvador, Filipinas, França,



Sessão plenária da Assembléia Geral das Nações Unidas, em Paris (Palais de Chaillot) e que esteve reunida de 21 de setembro a 12 de dezembro de 1948.



O Presidente Herbert Evatt, da Austrália, tendo à direita o Sr. Trygve Lie, secretário geral das Nações Unidas, na primeira reunião do Comité Geral, em Paris.

Índia, Ucrânia e Síria. Propaganda de guerra — assunto que provocou vários debates; a Assembleia pediu aos membros das Nações Unidas que promovam relações amistosas entre os povos, por todos os meios de publicidade de que dispuserem e que estimulem a difusão das informações tendentes a dar livre expressão aos desejos de todos os povos em favor da paz. Regime de Franco — Foram recordadas as medidas tomadas pelos Estados Membros para cumprir a resolução de 1946 da Assembléia. Eleição de dois novos membros da ONU. Estudos a respeito da criação da Comissão Económica para a América Latina. Instrução sobre as Nações Unidas. Publicação de notícias falsas ou caluniosas. Questões relativas à tutela. Instituição da Comissão de Direito Internacional, para o fim de preparar projeto de código sobre ofensas contra a paz e segurança da humanidade, projeto em torno dos direitos e deveres dos Estados etc.; os membros dessa Comissão deveriam ser eleitos na sessão ordinária de 1948. Partilha da Palestina, em estado judeu e árabe. Recomendação aos membros da ONU no sentido de recorrerem à Corte Internaciona de Justiça com mais freqüência. Aprovação do projeto da sede permanente da ONU; autorizado o Secretário Geral a negociar com o governo dos Estados Unidos da América o empréstimo de 65 milhões de dólares, para a construção da sede. Adoção do emblema das Nações Unidas; instituição do dia 24 de outubro como o "Dia das Nações Unidas". Criação do Comité Consultivo da Sede, da Co-

missão Balcânica, da Comissão de Partilha da Palestina.

A sede definitiva da ONU, conforme resolução da Assembléia, será em Nova Iorque, na ilha de Manhattan. Aí existirá a "Capital do Mundo".

Outra sessão extraordinária

Foi convocada outra sessão extraordinária da Assembléia, para fazer novos estudos sobre a caso da Palestina. Em 16 de abril de 1948, a Assembléia de reuniu na cidade de Nova Iorque. Foi eleito presidente o senhor José Arce, representante da Argentina.

TERCEIRA SESSÃO

Realizou-se a terceira sessão ordinária em Paris, no Palais de Chaillot, de 21 de setembro a 12 de dezembro de 1948. A legação brasileira foi chefiada pelo Ministro Raul Fernandes e dela fizeram parte, entre outros, o Ministro Fernando Lobo, deputado Juraci Magalhães, senador Artur Bernardes Filho, Dr. Olinto Machado, Embaixador Gilberto Amado. Foi eleito presidente da Assembléia o Senhor Herbert Evatt, da Austrália.

Decisões mais importantes:

— Recomendação ao "Cinco Grandes" para que redobrem seus esforços no sentido da solidariedade e compreensão mútuas, para que fique assegurada,

no mais breve prazo possível, a conclusão de todos os tratados de paz.

— Recomendação ao Conselho de Segurança para estudar a regulamentação e redução dos armamentos de tipo corrente e fôrças armadas.

— Caso grego — Pedido à Albânia, Bulgária e Iugoslávia no sentido de deixaram de dar assistência às guerrilhas que se organizam contra o governo grego e para que os três países cooperem com o governo grego. Aprovação do relatório do Comitê Especial Balcânico. Recomendação à Albânia e Bulgária, de um lado, e à Grécia, de outro, para que estabeleçam relações diplomáticas entre si.

— Reestabelecimento do Comitê Interino da Assembléia ou "Pequena Assembléia".

— Admissão de novos membros — Recomendação no sentido de que cada mebro do Conselho de Segurança e da Assembléia Geral, ao exercer seu voto na admissão de novos membros, deverá agir de acordo com o parecer da Corte Internacional de Justiça. Foi solicitado ao Conselho de Segurança que reconsiderasse os pedidos de Portugal, Transjordânia, Itália, Finlândia, Irlanda, Áustria e Ceilão — para serem membros da ONU.

— Recomendação ao Conselho Econômico e Social e às agências especializadas para darem maior e urgente consideração ao problema do desenvolvimento econômico dos países menos desenvolvidos. E que o Conselho considere o esta-

belecimento de uma Comissão Econômica para o Oriente Médio.

— Assistência técnica para o desenvolvimento econômico. Treino para aprendizes e trabalhadores técnicos.

— Programas de trabalho, coordenação e relações das agências especializadas com a ONU.

— Aprovação dos acôrdos entre a Organização Internacional de Refugiados, o Comitê Preparatório da Organização Consultiva Marítima e a ONU.

— Resoluções sobre drogas narcóticas.

— Assistência aos refugiados da Palestina. Instituição do fundo de 29 milhões e 500 mil dólares, para o socorro a 500 mil refugiados, no período de 1-12-1948 a 31-8-949, e do fundo de 2 milhões e 500 mil dólares, para as despesas administrativas e operações locais. Foi o Secretário Geral autorizado a adiantar 5 milhões de dólares do Fundo do Capital de Trabalho da ONU.

— Aprovação do relatório do Fundo Internacional da Criança.

— Transmissão de informação sobre territórios sem governo próprio. Organização do Comitê Especial, para estudar essas informações. O Brasil foi eleito membro desse Comitê.

— Aprovação do relatório do Conselho de Tutela. Progresso educacional nos territórios tutelados. Desenvolvimento progressivo de tais territórios.



O presidente Auriol, da França, entre as senhoras Eleanor Roosevelt, do Comitê Social e Humanitário, e Vijaya Lakshmi Pandit, da Índia.



Palais de Chaillot, Paris, local em que se realizou a terceira sessão da Assembléia Geral das Nações Unidas.

— Aprovação do relatório financeiro e contas da ONU — do período terminado em 31-12-947.

— Administração postal da ONU. O problema deverá ser estudado e apresentado na próxima sessão regular da Assembléia.

— Composição do Secretariado e princípio da distribuição geográfica.

— Nomeação de membros do Comité Consultivo para assuntos administrativos e orçamentários e para o Comité de Contribuições.

— Escala de contribuições para as despesas da ONU.

— Criação do Centro Internacional de Administração Pública.

— Adoção do espanhol como língua de trabalho das Nações Unidas.

— Sistema de telecomunicações da ONU. O assunto deverá ser estudado e apresentado na próxima sessão.

— Convite ao Secretário Geral da Organização dos Estados Americanos para assistir às sessões da terceira reunião da Assembléia Geral.

— Registro e publicação de tratados e acordos internacionais.

— Transferência para a ONU das funções e poderes exercidos pela Liga das Nações mediante convenção internacional relativa à estatística econômica.

— Privilégios e imunidades das Nações Unidas.

— Prevenção e punição do crime de genocídio.

— Declaração dos Direitos Humanos.

— Eleição de membros do Conselho de Segurança. Foram eleitos Cuba, Egito e Noruega, para substituírem a Bélgica, Colômbia e Síria.

— Eleição de membros do Conselho Econômico e Social. Eleitos China, França, Índia, Peru, Bélgica e Chile para substituírem Canadá, Chile, França, China, Peru e Holanda, cujos mandatos tinham expirado.

— Reeleição de cinco membros da Corte Internacional de Justiça.

— Eleição dos membros da Comissão de Direito Internacional, entre os quais o Embaixador Gilberto Amado, do Brasil.

* * *

Na terceira sessão da Assembléia havia cerca de 75 itens que deveriam merecer exame e de-

cisão. Houve trabalho efetivo durante 71 dias. Foram realizadas 50 reuniões plenárias. Estiveram representadas as 58 Nações Unidas — 275 delegados e 138 delegados substitutos, observadores de todas as agências especializadas e de 15 países não membros da ONU.

Houve cerca de 110.000 visitantes à sede da Assembléia (Palais de Chaillot). Mais de 2.000 correspondentes — de jornais, rádio, agências noticiosas — receberam credenciais e acompanharam os trabalhos.

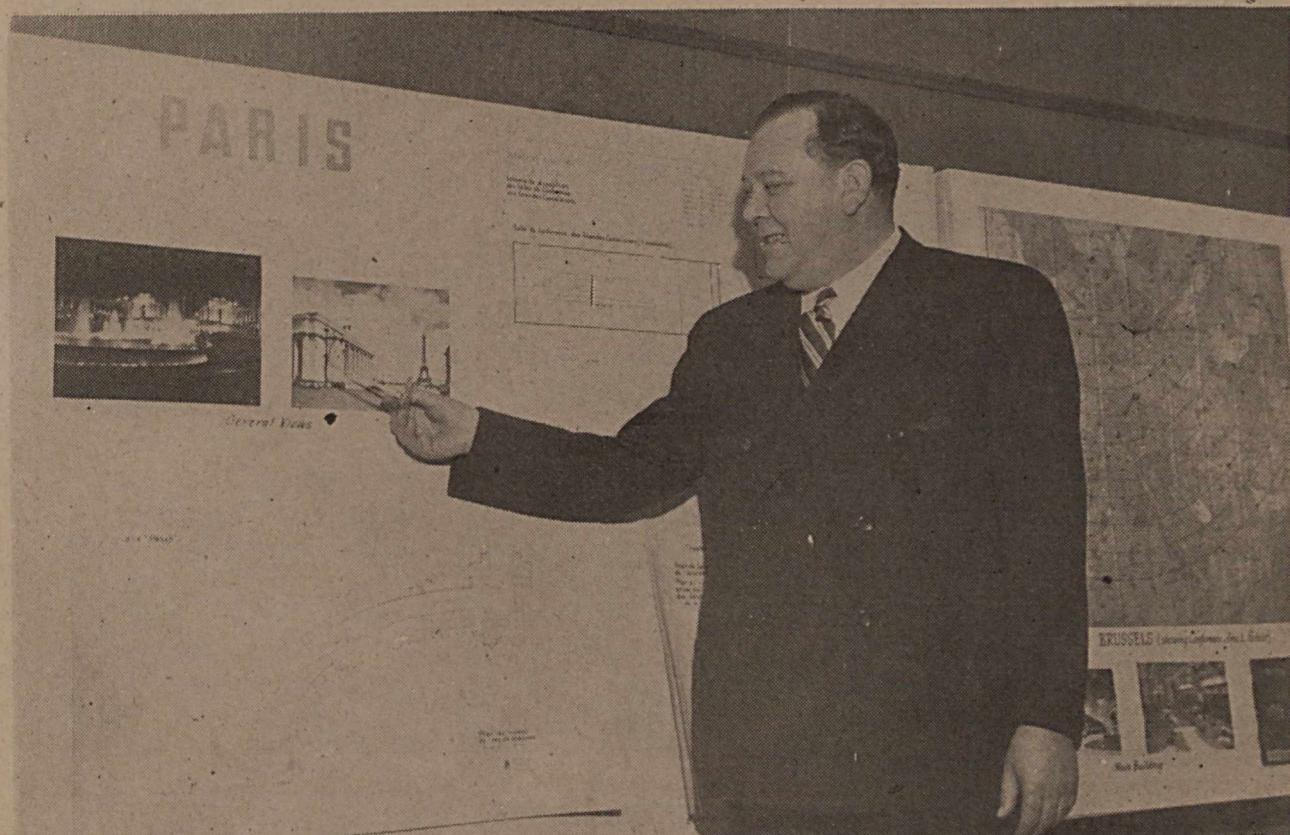
A irradiação dos trabalhos da Assembléia foi feita por 156 comentaristas procedentes de 22 países, a maior representação que houve em qualquer reunião das Nações Unidas.

Foram utilizados 60 intérpretes nas reuniões. Calcula-se que cerca de 10 milhões de palavras foram pronunciadas durante a terceira sessão da Assembléia.

Cerca de 750 funcionários das Nações Unidas foram encaminhados a Paris.

O PAPEL DO SECRETARIADO DA ONU

750 funcionários, aproximadamente, foram a Paris, para realizarem os trabalhos de secretaria da Assembléia. Trabalharam sob a direção do Senhor Trygve Lie, Secretário Geral. De diversas categorias foram as tarefas desempenhadas pelo pessoal de Lake Success que se dirigiu a Paris.



O Secretário Geral das Nações Unidas, sr. Trygve Lie, apontando para a fotografia do Palácio de Chaillot, faz explanações a respeito das reuniões da Assembléia Geral.



Alguns representantes da imprensa tomam notas durante uma reunião da Assembléia Geral; 2000 correspondentes assistiram à terceira sessão da Assembléia Geral.

O Departamento de Informação Pública, sob a supervisão do senhor Benjamin Cohen, prestou relevantes serviços à Assembléia e a todos os meios de informação existentes no mundo. Valiosos serviços foram realizados pelo Departamento, através dos seus vários setores — imprensa, rádio e filme. Os correspondentes receberam todas as facilidades. Registra esse importante órgão de informação mais um acontecimento que muito o credencia perante as Nações Unidas. A sua política tem sido inteligente, equilibrada e objetiva. O sucesso da ONU tem dependido, em parte, dos seus bons trabalhos. As Nações Unidas muito ficam a dever a esse Departamento.

A Divisão de Rádio transmitia, diariamente, de Lake Success, amplo noticiário sobre as atividades da Assembléia Geral e em várias línguas, inclusive a portuguesa.

CENTRO INTERNACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Trata-se de uma conquista genuinamente brasileira. A Assembléia Geral, na terceira sessão, aprovou a criação de um Centro Internacional de Administração Pública, destinado ao ensino e

treino de aspectos importantes da Administração Pública, nacional e internacional. O autor da ideia é o Prof. Benedito Silva, técnico de administração do governo federal brasileiro, cujos méritos são por todos conhecidos. O Prof. Benedito Silva é o brasileiro que ocupa a melhor posição na ONU. Vinha, desde há muitos anos, se batendo pela criação do citado Centro. Fêz diversas exposições às nossas delegações junto à ONU. Depois de muita luta, finalmente, viu o nosso patrício coroados de êxito os seus grandes esforços. A ele os nossos parabens, por tão importante realização.

Segunda parte da terceira sessão da Assembléia

Em abril de 1949, será realizada a segunda parte da terceira sessão da Assembléia Geral das Nações Unidas. Algumas matérias não tiveram solução definitiva durante a primeira parte, que terminou a 12 de dezembro de 1948. Daí o motivo da realização da segunda parte.

Fotografias

Todas as fotografias que ilustram este trabalho foram cedidas, gentilmente, pelo Departamento de Informação Pública da ONU.

* * *

O ORÇAMENTO É UM INSTRUMENTO DE CONTRÔLE DAS ATIVIDADES PÚBLICAS

Muito embora o orçamento seja de grande utilidade para a administração como instrumento de controle de suas atividades, é preciso que se tenha sempre em mente uma distinção essencial entre a fonte de que emana o poder de controle e o orçamento como instrumento.

Esse orçamento indica o caminho que se deve seguir para atingir determinados objetivos mas não impede que se desvie desse caminho e nem garante a consecução daqueles objetivos.

JOHN R. BARTIZAC

* * *

SUBSTITUIÇÃO de ocupante de cargo isolado de provimento efetivo ou em comissão, ou de função gratificada.

Servidor público no gozo de licença especial só tem direito ao vencimento do cargo ou função efetiva, mesmo investido em cargo de provimento em comissão ou no exercício de função gratificada. Conseqüentemente sua substituição deve ser remunerada.

Não deverá ser remunerada a substituição dos professores a que se aplica o regime do D. L. 2.895, de 21-12-40.

Processo n.º PR 27.594 — Exp. Mot. n.º 1019, de 5-11-48, do DASP, aprovada pelo Presidente da República em 9-11-48 (D.O. 10-11-48).